

O português como língua *glocal*: aspectos sócio-históricos e linguísticos de sua conformação

Portuguese as a glocal language: socio-historic and linguistic aspects of its conformity

Américo Venâncio Lopes Machado Filho*
Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

Ione Pereira dos Santos Oliveira**
Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

Resumo: Se se considerar que não existe uma gênese original linguística, senão processos contínuos e, conseqüentemente, históricos de constituição, todos mesclados pelas contingências socioculturais, econômicas e políticas dos contatos que, porventura, se possam interpor, é lícito dizer que não poderia ter a língua portuguesa permanecido incólume aos efeitos plurais que a sócio-história costuma imprimir em todas as línguas naturais. No advir de sua história, a partir da efetiva implantação da empresa exploratória do *além-mar*, no século XV e, especialmente, desde o século XVI, começou a se delinear a nova feição com que se iria reconhecer, na *história do presente*, a antiga língua registrada por Camões em 1572: a de uma língua de cariz transcultural, transnacional e, por assim dizer, *glocal*, como aquela “que a mocidade tem no rosto perpétua”, com a licença da paráfrase ao poeta. Falado em diferentes espaços, em diferentes continentes do globo terrestre, o português, nas várias facetas com que seu “rosto linguístico” e sua “mocidade” passaram, paradoxalmente, a se identificar, conformou-se em veículo multicultural e multiespacial de expressão, tendo sido falado nos diversos cenários de colonização por que transitou, e é, hoje, veículo tanto em âmbito local, quanto global, isto é, intra, trans e internacionalmente, referenciando pluralidades e mediando níveis distintos de representação cultural e identitária, a despeito dos novos formatos que absorveu. Considerando esses pressupostos, é função deste trabalho apresentar uma reflexão sobre alguns aspectos sócio-históricos e linguísticos que contribuíram para que a língua portuguesa pudesse se reconhecer, na contemporaneidade, como o que se tem convencionado chamar de língua *glocal*, no sentido da noção de glocalização cunhada por Robertson (1995), cujas bases conceituais foram acima referidas. Pretende-se discorrer, especialmente, sobre a trajetória histórica de constituição da variedade do português brasileiro, os contatos linguísticos e culturais, os processos de mudança verificados, relacionando-os com os ocorridos em outros espaços nacionais, em que a língua portuguesa se manteve e se mantém una, conquanto sua imersão na diversidade, remetendo-se, na dimensão do possível, para a muito complexa discussão das ideias de unidade, diversidade e unidade na diversidade. Apoiar-se-á o trabalho, sobretudo, nos pressupostos teóricos da Linguística Histórica, da Sociolinguística e da Dialetologia pluridimensional, procurando estabelecer um diálogo com outros trabalhos interdisciplinares que se baseiam em perspectivas teóricas que operam sobre os processos de pós, descolonialismo

FLP 19(2)

* Professor da Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil; americovenancio@gmail.com.

** Doutoranda em Língua e cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil; ioneps@yahoo.com.br.

e de globalização. Espera-se, com isso, poder contribuir para a reversão de vozes na história linguística e cultural da Ontologia moderna.

Palavras-chave: Sócio-história do português brasileiro. Unidade linguística. Diversidade linguística. Contatos entre línguas. Língua glocal.

Abstract: If it is assumed that there is not an original linguistic genesis, but continuous, and consequently historical constitution processes, all mixed by the social, economic, and political contingencies which, by any chance, may interact with one another, it is plausible to say that the Portuguese language could not have remained untouched by the plural effects which socio-history is used to imprinting on all natural tongues. At the start of its history, departing from the effective implementation of the overseas exploratory enterprise, in the XV century, and mainly, during the XVI century, a new feature began to be delineated through which it would be possible in the *history of the present* to recognize the old language registered by Camões in 1572: a language of a transcultural, transnational, and so to speak, *glocal* face, such as the one “which has perpetual youth in its face”, with the licence to paraphrase the poet. Spoken in different spaces, in different continents of the terrestrial globe, Portuguese, in the various facets in which its “linguistic face” and its “youth” acquired, paradoxically, identifying itself, has been turned into a multicultural and multispatial vehicle of expression, being spoken in the diverse colonization scenarios where it operated, becoming today a vehicle at both local and global levels, that is, intra, trans and internationally, embracing pluralities and mediating distinctive levels of cultural and identitarian representations, no matter which new formats it has acquired. Taking into consideration such premises, this paper aims at presenting a reflection about the linguistic and socio-historical aspects which have contributed for Portuguese to be able to recognize itself, in the current times, as what has been conventionally called a *glocal* language in the sense of *glocalization* coined by Robertson (1995), whose conceptual bases have been referred to above. It is also intended especially to discuss the historical trajectory of the constitution of the Brazilian Portuguese variety, the linguistic and cultural contacts, the processes of change verified, relating them to those occurred in other national spaces in which Portuguese has remained one and still does so, no matter its diversity, referring, whenever possible, to the very complex discussion of ideas of unity, diversity, and unity in diversity. The work will above all draw on theoretical bases of Historical Linguistics, Sociolinguistics, and pluridimensional Dialectology, aiming at establishing a dialogue with other interdisciplinary works founded on theoretical perspectives that operate over the processes of post, de-colonisation and globalization. With such a strategy, it is expected to contribute to the reversion of voices in the linguistic and cultural history of modern Ontology.

Keywords: Socio-history of Brazilian Portuguese. Linguistic unity. Linguistic diversity. Language contacts. Glocal language.

1 PREÂMBULO

Em uma de suas inopinadas poesias, diz Cortez (2010, p. 75) que “A língua é uma doença”. Sem se procurar teorizar sobre as intenções estéticas da autora na composição de seu raciocínio poético, é esse primeiro verso certamente inquietador para qualquer linguista e, também, “certo é que poucos professores de língua, senão

FLP 19(2)

poetas, pareceriam desejar ousar tanto” (Machado Filho, 2010, p. 7). *Lingua morbus est!*¹ Poderia tê-la dito um poeta latino?

Inobstante qualquer efetiva resposta, são as duas versões da ideia de Cortez – a original portuguesa e a possível antecedente, aqui reconstruída, latina – a prova de que são as línguas naturais resultados de mudança, originados de processos contínuos e, conseqüentemente, históricos de constituição, todos mesclados pelas contingências socioculturais, econômicas e políticas dos contatos que, porventura, se lhes possam interpor.

Foi assim com o latim, é assim com a chamada “Última Flor do Lácio”, o português, e será sempre assim, com as línguas que possam vir a surgir ou mesmo com suas possíveis novas versões estruturais e normais. Afinal, as línguas não passam incólumes aos efeitos plurais que a sócio-história lhes costuma imprimir.

Considerando esses pressupostos, é função deste trabalho apresentar uma reflexão sobre alguns aspectos sócio-históricos e linguísticos que contribuíram para que a língua portuguesa pudesse se reconhecer, na contemporaneidade ou mesmo em momentos de sua história, como o que se convencionou hoje chamar de língua *glocal*, a exemplo da noção de glocalidade que tem utilizado Robertson, em diversos trabalhos, a partir de 1995. Pretende-se, pois, discorrer, especialmente, sobre a trajetória histórica de constituição da variedade do português brasileiro, os contatos linguísticos e culturais, os processos de mudança verificados, relacionando-os com os ocorridos em outros espaços nacionais, em que a língua portuguesa se manteve e se mantém una, conquanto sua imersão na diversidade, remetendo-se, na dimensão do possível, para a muito complexa discussão das ideias de unidade, diversidade e unidade na diversidade.

Baseia-se o texto, sobretudo, nos pressupostos teóricos da Linguística Histórica, da Sociolinguística e da Dialectologia pluridimensional, procurando estabelecer um diálogo com outros trabalhos interdisciplinares cujas perspectivas teóricas se relacionem às pesquisas que operam sobre os processos de pós, descolonialismo e de globalização. Espera-se, com isso, poder contribuir para a reversão de vozes na história linguística e cultural da Ontologia moderna.

2 DA ILOCALIDADE À ALEGADA GLOCALIDADE: REVENDO GLOBALIZAÇÃO A PARTIR DA TRANSPLANTAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O BRASIL

A contraparte dialética da intencionalidade do projeto colonial é o caráter anárquico, selvagem e socialmente irresponsável da expansão dos núcleos brasileiros. Atuando sobre uma realidade diferente, que obrigava a buscar soluções próprias ajustadas a sua natureza e agindo longe das vontades oficiais, a ação do colono exerceu-se quase sempre improvisadamente e ao sabor das circunstâncias. Sendo imprevisível, ela crescia desgarrada até que, por reiteração, constituísse uma pauta de ação suscetível de ser copiada e regulada. (Ribeiro, 1995, p. 245)

¹ Em latim, o significante para doença era *morbus*. Doença, em português, deriva de *dolentia*, de *dolens, entis*, do verbo *dolere*, ‘causar ou sentir dor’.

A partir da efetiva implantação da empresa exploratória do *além-mar*, no século XV e, especialmente, desde o século XVI, começou a se delinear a nova feição com que se iria reconhecer, na *história do presente*, a antiga língua registrada por Camões em 1572: a de uma língua de cariz transcultural, transnacional e, por assim dizer, *glocal*, como aquela “que a mocidade tem no rosto perpétua”, com a licença da paráfrase ao poeta.

Falado em diferentes espaços, em diferentes continentes do globo terrestre, o português, nas várias facetas com que seu “rosto linguístico” e sua “mocidade” passaram, paradoxalmente, a se identificar, conformou-se em veículo multicultural e multiespacial de expressão, tendo sido falado nos diversos cenários de colonização por que transitou, e é, hoje, veículo tanto em âmbito local, quanto global, isto é, intra, trans e internacionalmente, referenciando pluralidades e mediando níveis distintos de representação cultural e identitária, inobstante os novos formatos que absorveu.

A história que impulsionou esse cenário começa seu desembarque na *ilocalidade*, isto é, no *não lugar*, que ainda viria a ser o que se convencionou chamar de Brasil, com a chegada dos primeiros colonizadores portugueses. Uma terra, de que, àquela altura do tempo, nada se sabia, nem se sequer se tratava de ilha ou continente, testemunha o primeiro contato linguístico, de que se tem notícia, entre aquela língua românica e a adversidade.

As línguas dos autóctones, incompreensíveis aos portugueses, mesmo aos chamados *línguas* – como eram conhecidos os intérpretes da época –, batiam como ondas do mar no ouvido daqueles homens, impingindo-lhes ainda mais a dificuldade de inteligibilidade, comum aos moucos à diferença. Mas não durou muito a dificuldade inicial, pois logo a empresa portuguesa haveria de perceber que seria provavelmente muito mais fácil que se promovesse a adoção do substrato indígena, por todos, como elemento endógeno por que se daria a dominação e a aculturação daqueles povos.

Convém registrar que

dos dois troncos linguísticos indígenas brasileiros hoje reconhecidos pela maior parte dos estudiosos, *i. e.*, o Tupi e o Macro-Jê, era àquele que pertenciam majoritariamente os índios do contato nos primeiros séculos da colonização no litoral, o que serviu para difundir a ideia, entre alguns autores, mas não sem controvérsia, obviamente, de que, até à intervenção político-linguística do Marquês de Pombal, nos meados do século XVIII, ter-se-ia falado uma língua geral de base mormente tupinambá – língua da família linguística tupi-guarani – por toda extensão costeira do Brasil. (Machado Filho, 2008, p. 348-349)

Sem se deter, aqui, na discussão aprofundada dos primeiros séculos de colonização e do papel histórico que desempenhou, no Novo Mundo luso-espanhol, a língua geral, inicialmente, e as línguas africanas sequentemente, concentrar-se-á este trabalho a observar o cenário sociolinguístico a partir do momento em que a língua portuguesa começa assumir o papel de protagonista que lhe teriam talvez desejado os mais vivazes primeiros conquistadores de alguns séculos antes, estabelecendo-lhe, progressivamente na história, a função de alegada língua *glocal*, cujo significado buscar-se-á demonstrar aqui.

O português desempenha, hoje, o veículo das relações infundáveis de poder nessa parte da América, no esteio do que Boaventura de Sousa Santos (2015, p. 47) chamou de colonialismo interno. Essa ideia corresponde, *mutatis mutandis*, à de *coloniality of Power* (“colonialidade do poder”), de Quijano (2000, p. 548), para quem “modernity was also colonial [...]”². Seria dizer que, mesmo depois das independências, o colonialismo “sigue en su otra forma”³, nas ex-colônias. Segundo Santos (2015),

colonialismo en cambio es una especie de activo que se incrusta en la subjetividad. El colonialismo interno es internado en cada subjetividad y creo que esa es la peculiaridad. [...] Todas y todos somos colonizados. (Santos, 2015, p. 83)

As ideias de colonialismo interno e de colonialidade imbricam-se, portanto. Mais ainda. Impulsionam a dialética entre o que alguns autores tratam por global/globalização e o local, que foi inicialmente discutida por Roland Robertson (1995). Para o autor, os termos

glocal and glocalization became aspects of business jargon during the 1980s, but their major locus of origin was in fact Japan, a country which has for a very long time strongly cultivated the spatio-cultural significance of Japan itself and where the general issue of the relationship between the particular and the universal has historically received almost obsessive attention. (Robertson, 1995, p. 28)⁴

Esse registro possibilita a inferência de que parece ser essa a condição essencial para o estabelecimento do caráter *glocal* a uma determinada língua, isto é, o da dialogicidade entre o particular e o universal, ao longo do tempo no processo de construção da cultura social, muito mais efetivamente do que a relação de natureza diatópica, entre o local e o global, que tem sido destacada por outros autores.

No caso do português, observando-se o cenário histórico de sua efetiva implantação no Brasil, a partir da obrigação de uso dessa língua na Colônia, pelos decretos do Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII (1757-58), vê-se a população obrigada a passar a utilizar a língua que seria a “companheira do Império”⁵, de que só deveria conhecer os rudimentos. Essa ação foi associada à expulsão dos Jesuítas, que eram, então, os fiéis mantenedores do uso corrente da língua geral, a maioria esmagadora da população existente, composta de africanos, afro-descendentes, mamelucos e mestiços étnicos e culturais de diferentes origens – que durante os primeiros séculos de colonização teria feito uso dessa língua de base indígena.

² Tradução: a modernidade foi, também, colonial.

³ Tradução: segue em sua outra forma.

⁴ Tradução: glocal e glocalização tornaram-se elementos do jargão das relações de negócio durante os anos de 1980, mas o centro nevrálgico de sua origem foi de fato o Japão, um país que cultivou em si, por um longo período de tempo, o próprio significado espaço-cultural, enquanto nação, e onde o problema geral da relação entre o particular e o universal tem merecido uma atenção quase obsessiva.

⁵ Alusão ao conhecido aforismo de Antonio de Nebrija, primeiro gramático do castelhano: “siempre la lengua fue compañera del imperio” (Nebrija, 1492).

Um dos autores que defenderam que os dados da demografia histórica e o rastreamento de sua mobilidade no tempo são inalienáveis para a compreensão dos estágios de constituição do português brasileiro e seus processos de mudança foi Mattos e Silva (2002; 2004a; 2004b). Para a autora:

O destino do português no Brasil se definiu nos meados do século XVIII [...]. Esse fato histórico marcou definitivamente o fim de um processo que poderia ter definido outro destino linguístico para o Brasil. (Mattos e Silva, 2002, p. 21)

Então, esse outro destino teria sido o de a língua geral de base indígena ter-se constituído no principal veículo de comunicação no que veio a se transformar no Brasil, como de fato ocorreu em outros espaços colonizados, a exemplo do Paraguai, em que o guarani se firmou ao lado do espanhol. Todavia, nesse lado oriental da América, teria o português se espalhado “tal como mancha de óleo, se foi alargando cada vez mais” (Silva Neto, 1989, p. 82), sobrepujando as heranças indígena e africana, definitivamente.

O espraiamento do português no Brasil, a partir desse momento, teria funcionado, analogamente, *mutatis mutandis*, nas mesmas bases do Kumaradivelu (2006) definiu para o processo de globalização, apoiado nas ideias de Steger (2003)⁶:

uma série multidimensional de processos sociais que criam, multiplicam, alargam e intensificam interdependências e trocas sociais [...], ao passo que [sic], ao mesmo tempo, desenvolve nas pessoas uma consciência crescente das conexões profundas entre o local e o distante. (Kumaradivelu, 2006, p. 130)

Mas, obviamente, a difusão da língua portuguesa não se deu de forma homogênea, seja em função da realidade demográfica, em que, como afirma Silva Neto (1986, p. 80),

até 1808, e daí por diante com intensidade cada vez maior, se notava a dualidade linguística entre a nata social, viveiro de brancos e mestiços que ascenderam, e a plebe, descendente dos índios, negros e mestiços da Colônia

seja em razão da chamada *convivência em séculos justapostos*, que ocorreu no Brasil durante várias décadas em que os centros urbanos e o meio rural se dividiam como metades desconexas de um mesmo bocado, assim como dois pedaços de pão do mesmo dia, um com, outro sem manteiga. Essa alegoria, pouco linguística – que se diga –, serve para demonstrar a construção do esteio da natureza *glocal* que assumiria a língua portuguesa, desde então, embora ainda não existisse essa terminologia.

O acesso das populações brasileiras das zonas rurais, aos serviços, às inovações culturais e tecnológicas, à escolarização e aos padrões de escrita, ao processo civilizatório, enfim, obedecia a um gradiente bastante desigual, se comparado ao das áreas urbanas, sobretudo em relação ao input linguístico, mais robusto nestas últimas regiões, notadamente, o que possibilitou uma crescente clivagem social e de normas.

⁶ Steger MB. Globalization: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press; 2003.

Ainda mais. Um outro nível de clivagem, próximo ao que se operava entre o urbano e o rural, também se manifestava, concomitantemente, entre as diferentes camadas sociais da população urbana, cujo fosso socioeconômico, pautado na terrível herança do colonialismo escravocrata e posteriormente condicionada aos êxodos rurais para as cidades no século XX, impulsionou uma crescente polarização entre normas populares e normas cultas.

O processo de conformação do português brasileiro (PB) reuniu as condições necessárias para que a diversidade linguística viesse a caracterizá-lo, fortemente, e a conduzi-lo à condição de língua que atualmente poderíamos chamar de *glocal*, em que o mais global, identificado aqui como urbano, e o mais local, relacionado às diferentes comunidades rurais, reverberassem entre o mais universal e o mais particular.

Note-se que ao se inserir a ideia ou traço de *mais* no contínuo entre o universal e o particular ou entre o global e o local, não se os pretende associar a uma dicotomia, mas justamente à ideia de *continuum* que tem conduzido o pensamento científico nas últimas décadas e, portanto, reforçar a noção de que “os fenômenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados” (Santos, 2002, p. 20).

3 AS DIFERENTES NORMAS LINGUÍSTICAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UNIDADE NA DIVERSIDADE

Faraco (2016, p. 136) afirma que o “Brasil é, até agora, a única sociedade extraeuropeia em que a língua portuguesa se tornou a L1 da maioria absoluta da população”. Uma hegemonia linguística que, no mundo lusófono, é apenas compartilhada com Portugal, de onde partira. Mas uma hegemonia que “não significa [...] homogeneidade” (Faraco, 2016, p. 137), especialmente no caso brasileiro. Aliás, a homogeneidade não é um fenômeno que possa ser diretamente associado a qualquer língua natural em sentido estrito, pois tal premissa será sempre ilusória. Entrementes, no caso específico do Brasil, pode-se afirmar que, em função da complexa sócio-história e dos plurais contatos linguísticos e culturais por que este país passou, menos ainda seria qualquer homogeneização possível, já que a própria sobrevivência da língua portuguesa no País parecia improvável, em face do complexo cenário demográfico existente.

Quem procure caracterizar o português brasileiro (PB), hoje, em face do português europeu (PE), há de, certamente, indicar, para além dos óbvios e idiossincráticos aspectos prosódicos e lexicais, muito provavelmente as regras de utilização pronominal, incluindo-se a direção de clitização (‘me dê um cigarro’ x ‘dá-me um cigarro’), o empregos de construções relativas, sobretudo as estratégias cortadoras, às vezes com cópia pronominal (‘a menina que eu briguei com ela’ x ‘a menina com quem briguei’), e, destacadamente, a variação na concordância nominal e verbo-nominal (‘os menino fala’ x ‘os meninos falam’), como índices mais distanciadores, decorrentes do complexo ambiente de contato linguístico e dos processos de transmissão linguística em curso. Até características associadas a alguns crioulos são mesmo indicadas na literatura sobre o processo de constituição da variedade brasileira.

Para Lucchesi (2003, p. 278) a “eliminação de certos dispositivos gramaticais mais abstratos e de uso restrito da língua alvo” [sic], pelo que passou o processo de transplantação do português para o Brasil, pode ser associada ao fenômeno da eliminação das marcas de segunda pessoa da flexão verbal, generalizadamente no Brasil, e a ausência, no português popular brasileiro (PPB), de uso de estruturas do subjuntivo. Crê o autor que a questão da concordância no sintagma nominal (SN) e entre o SN e o sintagma verbal (SV) origina-se no processo de “manutenção da variação no esquema presença/ausência do dispositivo gramatical”, a que se associa a “alteração nas frequências de uso relativamente à marcação de determinados parâmetros sintáticos” (Lucchesi, 2003, p. 278), exemplificados pela perda de movimento verbal em interrogativas e pelo preenchimento lexical mais constante do sujeito, principalmente. Tudo isso decorrente do processo de transmissão linguística irregular que conduziu a aquisição da língua portuguesa no Brasil, sobretudo a partir do século XVIII.

Em suma, o português brasileiro exibe, hoje e já há algum tempo, fortes características gramaticais que o evidenciam em face do português europeu, mas, concomitantemente, aprofundou, internamente durante esse mesmo tempo, um fosso sociodialetoal, a que Lucchesi (1994) chamou de “polarização sociolinguística”.

Independentemente da origem dessas marcas características do PB, o certo é que se se compararem as normas vernáculas com as estruturas preferencialmente utilizadas pelos falantes de normas cultas, no Brasil, isto é, a fala da sociedade que sempre esteve alijada do processo de escolarização com a dos plenamente escolarizados, esses mesmos aspectos gramaticais poderiam caracterizar sua diversidade interna.

Observando-se, ainda, que a história da escolarização no Brasil indica que no final do século XIX seria de 80% o contingente de analfabetos no país (Ribeiro, 2015, p. 173), entre a população livre, e que conforme o Censo de 1991, “de um total de 34.734.715 chefes de família, menos de 6% tinham formação universitária completa, sendo que aproximadamente 30% tinham entre zero e um ano de escolarização” (Ribeiro, 2015, p. 170), é fácil compreender que uma perseguida unidade linguística brasileira se faria de baixo para cima, isto é, condicionada aos modelos disponíveis no processo de aquisição pelas crianças.

A polarização sociolinguística da fala, portanto, causou um efeito perverso no processo de socialização do ensino da língua portuguesa nas escolas do país, sobretudo nas públicas, engendrando uma situação de desequilíbrio no que concerne ao acesso democrático ao letramento.

As estruturas linguísticas das normas cultas, sobretudo em seus aspectos morfossintáticos, estão relativamente mais próximas das características reguladoras do padrão escrito do que daquelas das normas vernáculas, tornando-se, obviamente, muito mais plausível o sucesso escolar para um aluno que tenha pais plenamente escolarizados e que esteja diariamente submetido a suas características de norma, do que para o aluno que conviva em comunidades onde, por exemplo, a regra seja a não concordância interna do sintagma nominal ou a falta de acordo entre este e o sintagma verbal, como em ‘Os menino vai na praia’, formato morfossintático tão comum nas falas do País.

FLP 19(2)

Entretanto, afora o nada discreto dano de ordem socioeducacional e suas cruéis implicações e efeitos socioeconômicos, o que se vê no Brasil, a partir do mundo globalizado, é uma, a princípio paradoxal, tolerância entre essas normas como se, como afirma Hall (2006), esses falantes tivessem tido de

negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias *casas* (e não a uma *casa* particular). (Hall, 2006, p. 87-88, grifos do autor)

É importante, desta forma, considerar que, para além dos aspectos eminentemente linguísticos,

Il existe d'importantes différences culturelles au Brésil (Amérique Latine), notamment entre le nord (régions "Norte", "Nordeste") et le sud (régions "Sul", "Sudeste"), avec comme frontière approximative, la région "Centro-Oeste" où se trouvent le District Fédéral-Brasília et ses environs. [...] La culture, peut être définie, après Lévi-Strauss, comme l'ensemble des codes symboliques qui permettent, à l'intérieur d'une société, la communication et l'échange. Lorsque plusieurs personnes sont en situation d'interaction, la communication, nous venons de le voir, ne passe pas uniquement par la parole. D'autres éléments entrent en jeu: comportements vocaux, kinésiques, proxémiques, vestimentaires, etc. Tous ces *aspects* sont donc des signes, des symboles qui créent des messages circulant entre les individus et les groupes. (Chianca, 2007, p. 81-82, grifo do autor)⁷

FLP 19(2)

C'est à dire que as profundas diferenças existentes entre as normas de fala no português brasileiro são negociadas para além do domínio estritamente linguístico e conformam-se no seio da pós-modernidade. Conforme Hall (2006, p. 75-76),

as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenómeno é conhecido como "homogeneização cultural".

Embora se concorde, neste trabalho, com a ideia de redefinição do conceito de identidade, proposta por Hall, discorda-se da de homogeneização cultural, que a suporta, e da do termo "língua franca", já que se considera, aqui, que a cultura é, antes de tudo, um processo de natureza antitética e em constante expansão, não em contração. Acredita-se, assim, que o modelo gnoseológico atual advoga por uma

⁷ Tradução: Há diferenças culturais importantes no Brasil (América Latina), particularmente entre o norte (regiões "Norte", "Nordeste") e do sul (regiões "Sul", "Sudeste"), em que figura como a região de fronteira aproximada o "Centro-Oeste" onde estão o Distrito Federal, Brasília, e seus arredores. [...] A cultura pode ser definida, depois de Levi-Strauss, como todos os códigos simbólicos que permitem, dentro de uma sociedade, a comunicação e a troca. Quando várias pessoas estão em uma situação de interação, a comunicação, como visto, não passa exclusivamente pela fala. Outros elementos entram em jogo: o comportamento de voz, cinestésico, proxêmico, indumentário etc. Todos estes aspectos são, então, os sinais e símbolos que criam mensagens que circulam entre indivíduos e grupos.

revisão como a que Santos (2002, p. 28) registra na revisão epistemológica sobre as ciências:

Em vez de eternidade, a história; em vez de determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpretação, a espontaneidade e a auto-organização; em vez de reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente.

No caso do Brasil e do português como língua alegadamente *glocal*, a unidade na diversidade se constrói através da anulação do que se convencionará, aqui, chamar de *trimezzo*, isto é, das fronteiras entre o indivíduo, a comunidade e o meio.

Quijano (1995 p. 172), ao discutir a questão da produção do conhecimento, afirma que

there is not much room for an idea of identity as ontologically irreducible originality outside the field of relations [...], the externality of the relations between the 'subject' and the 'object', founded on differences of nature, is not only an arbitrary exaggeration of the differences, since current research rather leads to the discovery that there exists a deeper communication structure in the universe⁸.

É com esse entendimento que se discute a seguir a ideia de *glocalidade* do português brasileiro hoje.

4 PORTUGUÊS: LÍNGUA *GLOCAL*?

FLP 19(2)

No início deste trabalho, assumiu-se a ideia de que seria condição essencial para o estabelecimento do caráter *glocal* a uma determinada língua o da dialogicidade entre o particular e o universal. No desenvolvimento das considerações a esse respeito, observou-se, também, que uma mudança de perspectiva epistemológica faz-se imperativa, pois a noção de *glocalidade* que aqui se concebe não se resumiria meramente à tensão entre o específico e o genérico, entre o global e o local, mas, ainda, ao conceito de colonialidade herdada e ao de anulação de determinadas fronteiras epistemológicas, nomeadamente entre o individual, o comunitário e o meio, denominado aqui de *trimezzo*.

Ademais, não se pretende aqui associar o conceito de língua *glocal* ao conceito mais contemporâneo de língua franca, já que a noção de entidade linguística “desterritorializada e fronteira, que contribui de forma decisiva para que a comunicação entre as pessoas neste contexto global ocorra” (Siqueira; Barros, 2013, p. 9) – que esta comporta – dissocia-se da de língua *glocal* na dimensão em que é muito mais esta atrelada ao conceito de norma do que de língua, sem ignorar, aqui, toda polêmica que essa posição ainda possa causar.

⁸ Tradução: Não há muito espaço para uma ideia de identidade como originalidade ontologicamente irreduzível fora do campo das relações [...], a exterioridade das relações entre o 'sujeito' e o 'objeto', fundada em diferenças de natureza, não é apenas um exagero arbitrário das diferenças, uma vez que a pesquisa atual leva à descoberta de que existe uma estrutura de comunicação mais profunda no universo.

Embora ambas as posições fundamentem-se em uma visão do funcionalismo linguístico, isto é, especificamente no uso, o conceito mais atual de língua franca, conquanto advogue não estar associado a uma variedade linguística em especial, como no caso do inglês língua franca (ILF), tem o seu foco na comunicação, isto é, em sua função de um encontro de repertório linguístico-cultural de seus falantes, enquanto a ideia de *glocalidade* ultrapassa essa fronteira, pois a língua participa de uma trajetória social que, analogamente, poderia recorrer à afirmativa de Santos (1993, p. 33) de que esta “não é linear, mas o que mais profundamente a caracteriza é o processo histórico da absorção ou colapso da emancipação na regulação”.

Em outras palavras, dentro da visão aqui defendida, não se poderia dizer que a língua portuguesa seria uma língua franca, nem que o tenha sido na história social, senão que tenha apenas servido de base para a formação de diversas línguas crioulas no Novo Mundo, enquanto língua do império colonizador, nas Américas, na África e na Ásia. Para qualquer entidade linguística funcionar como língua franca, é necessário, antes de tudo, que esteja plenamente e robustamente disponível no processo de aquisição, seja como L2, seja como L1, esta última no caso das crianças e que seja ansiada pelas comunidades, sejam elas colonizadas ou não. Condições inexistentes no caso do português em seu processo de transplantação para o Brasil.

Não obstante, a língua portuguesa, contrariando todas as expectativas do cenário histórico de possível sucumbência à força do uso das línguas gerais de base indígena, que perdurou nos primeiros séculos de colonização no território brasileiro, assume o papel de condutor linguístico para as mesclas culturais que impulsionaram a realidade social no Brasil, nos “moinhos de gastar gente”, a que se refere Ribeiro (1995):

Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. (Ribeiro, 1995, p. 120)

A citação extraída de Ribeiro (1995) serve bem para demonstrar como as condições sócio-históricas brasileiras foram bastante propícias para que a noção de português-língua *glocal* fosse possível de se construir. Associa-se, também, à relação que se pode estabelecer entre colonialismo e capitalismo, como os modelos promotores do poder e do trabalho e as consequências para as configurações sociais, cujos resultados, segundo Quijano (2000, p. 536-537), fizeram com que, na América, “new historical and social identities were produced: yellows and olives were added to whites, Indians, blacks, and mestizos”⁹.

Robertson (2013, p. 1) já afirmava, sobre a tensão entre o local e o global, na construção do conceito de *glocal*, que

Since this breakthrough in the mid-1990s or thereabouts, problems have increasingly arisen about the relationship between glocality and such motifs as polyethnicity; cosmopolitanism; interculturality; synchronicity; hybridity; transculturality; creolization; indigenization; vernacularization;

⁹ Tradução: novas identidades históricas e sociais fossem produzidas: amarelos e “olives” (mamelucos) foram adicionados aos brancos, índios, negros e mestiços.

diasporization; and yet others. Moreover, such terms can themselves be glocalized in the same way that the notion of the global has a variety of meanings in different “local” contexts. In the same way, the concept of the local can be globalized (Van Leeuwen and Suleiman 2013; Garrett 2013). The provincialization of planet earth and, indeed, of “our” universe must also be seriously considered¹⁰.

No Brasil, poder-se-ia afirmar, a regulação entre o mais global e o mais local, entre as fronteiras do individual em face do comunitário, em relação ao meio, entre as normas vernáculas e cultas, dá-se exatamente no

ponto de convergência entre o político, o social, o econômico e a comunicação [...]; o fenômeno glocal é atravessado por múltiplas leituras, sendo que nenhuma delas pode se completar sem o auxílio das demais. Não se trata apenas de comunicação, apenas de política, apenas da economia, mas de um local onde essas abordagens se cruzam e se interpenetram. (Cazeloto, 2005, p. 14-15)

5 CONCLUINDO

Foi função deste trabalho, a partir do entendimento do conceito que desnuda a relação dialética entre o universal e o particular, demonstrar o caráter possivelmente *glocal* que a língua portuguesa assumiu na História e que a representa hoje, na dimensão em que o tensionamento entre o local e o global, entre o particular e o geral, entre o individual e o coletivo se confunde com o próprio meio em que se distribui.

Vive o português, em suas diferentes fronteiras geográficas e sociais, no além e no aquém-mar, uma tensão, em que estruturas linguísticas dialetais e varietais adjazem, em todos os níveis de análise, fônico, morfológico, sintático.

Uma língua que, no seu esteio histórico, viu o uso de um mesmo item lexical, ‘vínculo’ (< lat. *vinculum*), transformar-se em ‘vinco’ e em ‘brinco’ ou de ‘plazer’ (< lat. *placere*) transmutar-se em ‘prazer’ e depois olvidar-lhes a etimologia e admitir-lhes um lugar no padrão escrito e supervarietal. Mas uma língua que, sem complacência à continuidade da mesma força desses processos de variação, impõe atrito, na sincronia atual, entre ‘abóbora’ e ‘abroba’, ‘fósforo’ e ‘frosco’, ao mesmo tempo em que, e de forma aparentemente paradoxal, lhes reconhece pertencimento linguístico.

Do ponto de vista sintático, o emprego de elementos nominativos em posição acusativa são exemplos significativos da tensão entre a variedade europeia e a brasileira, no plano internacional, e entre as normas cultas e vernáculas, no cenário socioletal brasileiro. As estruturas, tais como ‘chamei-o’ x ‘chamei ele’ x ‘chamei-lhe’, umas alegadamente certas, para uns, outras alegadamente “erradas”, para outros,

¹⁰ *Tradução*: Desde essa descoberta, em meados da década de 90 ou em torno disso, surgiram cada vez mais problemas sobre a relação entre a glocalidade e as noções de politetinicidade; cosmopolitismo; interculturalidade; sincronicidade; hibridez; transculturalidade; criouliização; indigenização; vernacularização; diasporização; entre outros. Além disso, esses termos podem ser glocalizados da mesma forma que a noção de global tem uma variedade de significados em diferentes contextos “locais”. Do mesmo modo, o conceito de local pode ser globalizado (Van Leeuwen e Suleiman 2013; Garrett 2013). A provincialização do planeta Terra e, de fato, do “nosso” universo também deve ser seriamente considerada.

identificam a língua portuguesa na história, pois sempre estiveram presentes, mesmo em seu período arcaico, o que implica dizer que são possibilidades de um mesmo sistema e não realizações de qualquer outra língua. Assim se lhes reconhecem seus falantes, pois o local e o global ou o particular e o geral refletem sua identidade na própria diferença, seja no presente, seja no olhar da história.

Em seu conhecido e importante livro *Raízes do Brasil*, Buarque de Holanda (1995) já apontava para os papéis que o semeador e o ladrilhador desempenhariam na construção da Colônia. Essa dicotomia, entre o colonizador e o colonizado, entre o rural e o urbano, entre as normas vernáculas e as normas cultas, entre o colonialismo e o capitalismo, na História do País, embora tenham causado fossos sociais, ainda hoje incontornáveis, foram as mesmas que permitiram que no nível linguístico se pudessem encontrar os meandros por que fluísse a dialogicidade possível de operar.

As estruturas gramaticais e as preferências de cada uma das tantas normas linguísticas fletiram no passado e continuam a fletir no vinco formado pelas diferenças, de forma a permitir identificar tratar-se a língua portuguesa no Brasil de um exemplo pleno de glocalidade.

Não será necessário dizer que toda plenitude é, por rigor científico, relativa.

REFERÊNCIAS

- Buarque de Holanda S. *Raízes do Brasil*. 26.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras; 1995.
- Cazeloto E. Glocal: elementos para uma crítica do modo midiático de reprodução do Capitalismo tardio. Salvador: Faculdade Social da Bahia, [editora desconhecida]; 2005. [citado 8 dez. 2016]. Disponível em <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/EdilsonCazeloto.pdf>
- Chianca R. *L'interculturel: découverte de soi-même et de l'autre*. João Pessoa: Ideia; 2007.
- Cortez AM. *A poesia é uma história para contar*. Salvador: Quarteto; 2010.
- Faraco CA. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola; 2016.
- Hall S. *A identidade cultural pós-moderna*. Rio de Janeiro: DP&A; 2006.
- Kumaradivelu B. A linguística aplicada na era da globalização. In: Moita Lopes LP, organizador. *Por uma linguística aplicada interdisciplinar*. São Paulo: Parábola; 2006. p. 129-148.
- Lucchesi D. O conceito de 'transmissão linguística irregular' e o processo de formação do português do Brasil. In: Roncarati C, Abraçado J, organizadoras. *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras; 2003. p. 272-284.
- _____. *Varição e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil*. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. 1994;12:17-28.
- Machado Filho AV. "Ana Maria?". In: Cortez AM. *A poesia é uma história para contar*. Salvador: Quarteto; 2010. p. 7-8.
- _____. *A questão da constituição histórica do português brasileiro: revendo razões*. In: Roncarati C, Abraçado J, organizadoras. *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: EdUFF; 2008. p. 347-365.

- Mattos e Silva RV. Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro. São Paulo: Parábola; 2004(a).
- _____ O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola; 2004(b).
- _____ Diversidade e unidade: a aventura linguística do português. Revista ICALP. 2002;1:1-29.
- Nebrija A. Gramática de la lengua castellana. Salamanca; 1492.
- Quijano A. Coloniality of power, eurocentrism, and Latin America. *Neplanta: views from the south*. 2000;1(3):533-580.
- Ribeiro D. O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; 1995.
- Ribeiro I. Ensaios em sintaxe diacrônica. Salvador: Edufba; 2015.
- Robertson R. Coping with binaries: bays, seas and oceans. *Glocalism: Journal of Culture, Politics and Innovation*. 2013;1:1-5. [citado 8 dez. 2016]. Disponível em http://www.glocalismjournal.net/issues/hybridity/articles/coping_with_binaries_bays_seas_and_oceans.kl
- Robertson R. Glocalization: time-space and homogeneity-heterogeneity. In: Featherstone M, Lash S, Robertson R, editores. *Global modernities*. London: Sage; 1995.
- Santos B de S. *Revue de indignación y otras conversas*. La Paz: Proyecto Alice; 2015.
- _____ Globalizations. *Theory, culture & society*. 2006;23(2-3):393-399.
- _____ Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento; 2002.
- _____ Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo social*. 1993;5(1-2):31-52.
- Silva Neto S. Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Presença; 1986.
- Siqueira S, Barros K. Por um ensino intercultural de inglês como língua franca. *Revista Estudos linguísticos e literários*. 2013;48:5-39.